

ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA: IMPLICAÇÕES PARA A ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS

Natã Carlos Silva

Universidade Federal De Uberlândia

Denise Mendes Da Silva

Universidade Federal De Uberlândia

Resumo

O objetivo deste estudo é avaliar as implicações da classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda na análise econômico-financeira das empresas. Para isso, foram selecionadas as empresas listadas na B3 que possuíam ativos não circulantes mantidos para venda, passivos circulantes, ou passivos não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda no período de 2010 a 2018, compondo uma amostra de 93 empresas. A principal contribuição da pesquisa é analisar o impacto da reclassificação de ativos não circulantes mantidos para venda em perspectivas ainda pouco exploradas na literatura correlata, indo além da análise do indicador de liquidez corrente para mensurar os efeitos, também, nos indicadores de capital circulante líquido, endividamento de curto prazo e imobilização dos recursos não correntes. Os resultados indicaram a existência de variação estatisticamente significativa em todos os indicadores analisados. Como implicação desses resultados, tem-se o fato de a escolha contábil sobre reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda poder alterar a percepção dos usuários das informações contábeis sobre as entidades, ao analisar os indicadores de liquidez corrente, capital circulante líquido, endividamento de curto prazo e imobilização dos recursos não correntes.

Palavras-chave: Ativo Não Circulante Mantido para Venda; Indicadores Econômico-Financeiros; IFRS; Escolhas Contábeis.

ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA: IMPLICAÇÕES PARA A ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS**RESUMO**

O objetivo deste estudo é avaliar as implicações da classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda na análise econômico-financeira das empresas. Para isso, foram selecionadas as empresas listadas na B3 que possuíam ativos não circulantes mantidos para venda, passivos circulantes, ou passivos não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda no período de 2010 a 2018, compondo uma amostra de 93 empresas. A principal contribuição da pesquisa é analisar o impacto da reclassificação de ativos não circulantes mantidos para venda em perspectivas ainda pouco exploradas na literatura correlata, indo além da análise do indicador de liquidez corrente para mensurar os efeitos, também, nos indicadores de capital circulante líquido, endividamento de curto prazo e imobilização dos recursos não correntes. Os resultados indicaram a existência de variação estatisticamente significativa em todos os indicadores analisados. Como implicação desses resultados, tem-se o fato de a escolha contábil sobre reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda poder alterar a percepção dos usuários das informações contábeis sobre as entidades, ao analisar os indicadores de liquidez corrente, capital circulante líquido, endividamento de curto prazo e imobilização dos recursos não correntes.

Palavras-chave: Ativo Não Circulante Mantido para Venda; Indicadores Econômico-Financeiros; IFRS; Escolhas Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A partir da adoção plena das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) no Brasil em 2010 há maior julgamento profissional para mensuração, reconhecimento, classificação e apresentação das transações nas demonstrações contábeis, visto que as normas internacionais de contabilidade são baseadas em princípios. Santos, Ponte e Mapurunga (2014) defendem que a contabilidade tradicional brasileira se fundamentava nas posturas euro continentais que, por terem como alicerce de suas regras o direito romano, davam maior importância ao âmbito jurídico-formalista e fiscal, em detrimento da retratação da realidade econômica das empresas. Segundo Lourenço e Castelo Branco (2015), o conjunto de regras contábeis anteriormente estabelecido deu lugar à aplicação de princípios trazidos pelas IFRS. A adoção dos padrões internacionais trouxe, então, maior grau de julgamento e envolvimento dos gestores na elaboração das demonstrações contábeis.

A adoção das normas contábeis internacionais mudou a forma de se analisar o aspecto econômico das empresas, uma vez que as IFRS se diferenciam do padrão anteriormente utilizado no Brasil. A mudança no padrão de divulgação das demonstrações contábeis trouxe como consequência uma variação nos índices econômico-financeiros. Tal variação, se estatisticamente relevante, pode alterar a interpretação da real situação de uma empresa. Em outras palavras, a análise econômico-financeira de uma empresa deve levar em conta a existência de julgamentos (escolhas contábeis) sobre os critérios de mensuração, reconhecimento, classificação e apresentação dos elementos patrimoniais, pois, caso contrário, pode haver equívocos na tomada de decisões estratégicas e na visão dos usuários das informações contábeis.

As IFRS possuem, portanto, maior flexibilidade, permitindo que as empresas escolham uma ou mais alternativas igualmente válidas para contabilização de determinados eventos. São as chamadas escolhas contábeis, que de acordo com Silva, Martins e Lemes (2016) podem ser evidentes, ou seja, especificadas nas normas e facilmente identificáveis nas demonstrações

contábeis, ou ocultas, que envolvem julgamento para realização da escolha, normalmente vinculada ao atendimento de diversos critérios contidos nas normas. Um exemplo de escolha contábil evidente pode ser relacionado à mensuração subsequente de propriedades para investimento, em que a empresa pode escolher entre o custo histórico ou o valor justo. No caso da escolha contábil oculta, pode-se mencionar a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda, se atendidos os critérios descritos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, correlacionado à IFRS 5 – *Discontinuing Operations*.

O Pronunciamento Técnico CPC 31 tem como objetivo regular a contabilização de ativos não circulantes e a apresentação das operações descontinuadas. Um ativo não circulante mantido para venda se caracteriza, de acordo com o próprio CPC 31, como bem ou conjunto de bens que fazia parte do processo operacional de determinada empresa e, uma vez não mais utilizado, pode ser reclassificado, caso a empresa opte pela alienação de tal bem ou conjunto de bens no prazo máximo de um ano.

A reclassificação de um ativo gera impactos nos indicadores. Índices de liquidez, capital de giro e estrutura patrimonial podem sofrer oscilações e os impactos decorrentes podem culminar em dificuldades de captação de recursos junto a empresas por meio de empréstimos, assim como dificuldade na real compreensão das condições econômico financeiras de uma determinada entidade. Acredita-se, ainda, que seja necessária a compreensão da dimensão das mutações ocasionadas por uma possível reclassificação de um ativo.

Estudos anteriores avaliaram as implicações do CPC 31 (IFRS 5) no que tange às operações descontinuadas, tais como Barua, Lin e Sbaraglia (2010), Curtis, McVay e Wolfe (2014) e Silva, Silva, Sancovschi e Borba (2018). Barua, Lin e Sbaraglia (2010) concluíram que as operações descontinuadas relatadas aumentaram os ganhos das empresas analisadas, ressaltando, então, a possibilidade de as operações descontinuadas serem utilizadas como mecanismo de modificação dos resultados de empresas. Já Curtis, McVay e Wolfe (2014) não encontraram uma relação suficientemente sustentável entre as operações descontinuadas e o lucro operacional futuro das empresas analisadas. Silva et al. (2018) analisaram a frequência de utilização de operações descontinuadas em empresas brasileiras, assim como as justificativas dos administradores brasileiros para tal reclassificação. Os resultados alcançados mostraram que não houve uso de operações descontinuadas para modificar propositalmente os resultados das empresas brasileiras, o que corrobora com os resultados de Curtis, McVay e Wolfe (2014).

Por sua vez, Barros, Santos, Oliveira e Brito (2018) abordaram o impacto da classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda no índice de liquidez corrente, concluindo que a adoção das IFRS por meio do CPC 31 trouxe impactos significativos na análise do indicador de liquidez corrente. No entanto, tais autores não trataram outros indicadores que podem ser afetados por essa reclassificação. Nesse contexto, a questão que direciona o presente estudo é: **Quais as implicações da classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda na análise econômico-financeira das empresas?**

Assim, o objetivo do estudo é avaliar os impactos da classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda na análise econômico-financeira das empresas. Para isso, são analisados os indicadores de liquidez, capital de giro e estrutura de capital de empresas listadas na Bolsa de Valores B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) que apresentaram a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda e/ou passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda, no período de 2010 a 2018, sejam de operações descontinuadas ou não. Esse período foi escolhido para abranger a reclassificação dos ativos e a possível concretização da alienação. É importante salientar, ainda, que, caso haja passivos decorrentes de ativos reclassificados como mantidos para venda, os mesmos também devem ser destacados nas demonstrações contábeis.

A principal contribuição deste estudo é evidenciar as possíveis distorções causadas nos índices econômico-financeiros a partir da reclassificação de um ativo. Em outras palavras, este trabalho pode demonstrar como a reclassificação de ativos impacta a estrutura patrimonial e a consequente avaliação econômico-financeira das entidades, seja tal reclassificação decorrente de operações em descontinuidade ou não, a fim de aumentar a fidedignidade de suas demonstrações contábeis e dos índices de liquidez, capital de giro e estrutura.

A importância na análise dos impactos da reclassificação de um ativo não circulante mantido para venda se dá, de acordo com Domenico, Magro e Klann (2014), pela necessidade de os investidores estudarem a possível distorção de suas análises econômico-financeiras, uma vez que tal reclassificação se caracteriza como uma escolha contábil trazida pela adoção das IFRS e pode trazer efeitos positivos ou negativos para a análise dos investidores. O presente artigo contribui para a literatura, trazendo a análise do impacto da reclassificação de um ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas não apenas no índice de liquidez, mas também no capital de giro e nos índices de estrutura de capital.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Classificação do Ativo Não Circulante Mantido para Venda

O Pronunciamento Técnico CPC 31, aprovado em 17 de julho de 2009, tem como objetivo, de acordo com o item 1, “estabelecer a contabilização de ativos não circulantes mantidos para venda (colocados à venda) e a apresentação e a divulgação de operações descontinuadas.” (CPC 31, 2009, p. 9). Sua elaboração teve como premissa a adequação às normas internacionais de contabilidade, a partir da aplicação da IFRS 5 no Brasil.

Caracteriza-se como ativo não circulante mantido para venda o bem ou conjunto de bens não mais utilizado nas operações da empresa, cuja intenção da entidade, seja a sua venda separadamente ou em grupo. Para que um ativo não circulante seja classificado como mantido para venda, o CPC 31 define que tal bem deve estar disponível para venda imediata, por preço considerado razoável em relação a seu valor justo corrente, além de ser iniciado um programa para localizar um comprador.

No CPC 31 é estabelecido que a venda se conclua no prazo de até um ano, contado a partir da data de classificação. O atraso no prazo de conclusão da venda não impedirá que o ativo seja classificado como mantido para venda apenas nos casos em que se dê por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade, e ainda haja evidências de que a empresa continua comprometida com o plano de venda do ativo. Nos casos de compra de ativos não circulantes com a exclusiva pretensão de venda, o CPC 31 define que a entidade deve classificar o bem como mantido para venda apenas se o requisito de alienação desse bem em até um ano for satisfeito.

Quando o ativo não circulante ou grupo de ativos tiver como finalidade a distribuição aos sócios, só poderá ser classificado como tal se já estiver disponível para imediata distribuição em sua condição atual. No CPC 31 é ressaltado, ainda, que a entidade não deve classificar como mantido para venda o ativo não circulante que tiver destinado a ser baixado. Da mesma forma, ativos não circulantes temporariamente retirados de serviço, como se baixados, não deverão ter a classificação como mantidos para venda.

Os ativos anteriormente classificados como não circulantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e os ativos que usualmente seriam considerados não circulantes, mas foram adquiridos para revenda, só poderão ser classificados como ativos circulantes caso satisfaçam os critérios citados anteriormente, devendo ser, de acordo com o CPC 31 (2009), mensurados pelo menor valor

entre o valor contábil registrado até a data e o valor justo, após dedução das despesas de venda. Também é exigido que a depreciação ou a amortização desses ativos cessem.

Em se tratando da apresentação das demonstrações contábeis, é exigido que os ativos mantidos para venda sejam apresentados separadamente no balanço patrimonial. Com relação a operações descontinuadas, o CPC 31 esclarece que as mesmas devem ser apresentadas separadamente na demonstração do resultado da entidade.

O CPC 31 (2009, p. 9) define uma operação descontinuada como

[...]um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e (a) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; (b) é parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; ou (c) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda. (CPC 31, 2009, p. 9).

Uma operação descontinuada se diferencia, então, da classificação de um ativo não circulante mantido para venda por se tratar não apenas da reclassificação de um bem ou conjunto de bens, mas da reclassificação de bens pertencentes a linhas separadas de negócio da empresa que estejam em total processo de descontinuação.

Na reclassificação de itens de operações descontinuadas, a entidade deve evidenciar o resultado total de tais operações, deduzido o imposto de renda, além dos ganhos/perdas, após o imposto de renda, mensurados pelo valor justo, deduzidas as despesas de venda ou da baixa de ativos. É necessária, também, a evidenciação dos fluxos de caixa líquidos das operações descontinuadas, em notas explicativas ou quadros de demonstrações contábeis (CPC 31, 2009).

Na literatura são encontrados estudos que tiveram como foco a análise do uso das operações descontinuadas por gestores e empresas ao longo dos anos. Barua, Lin e Sbaraglia (2010) e Curtis, McVay e Wolfe (2014) analisaram tal comportamento dos gestores nos Estados Unidos, ao passo que Silva et al. (2018) trouxeram suas análises para as empresas brasileiras posteriormente.

Barua, Lin e Sbaraglia (2010) investigaram o uso de operações descontinuadas para mudança de classificação, partindo do pressuposto de que os gestores são oportunistas ao relatarem operações descontinuadas, uma vez que ficam “abaixo da linha” do que é constantemente analisado nas demonstrações de resultado para a tomada de decisão. Ao analisarem dados da Compustat do ano de 2007, comparando o período de 1988 a 2006, foi constatado que as empresas que relataram operações descontinuadas neste período aumentaram seus ganhos a partir desta classificação. Por fim, Barua, Lin e Sbaraglia (2010) afirmam que é necessário que os investidores se atentem ao uso das operações descontinuadas, pois as mesmas podem ser usadas propositalmente para modificar a percepção e o gerenciamento de resultados, consequentemente, afetando seu poder de decisão.

Por sua vez, Curtis, McVay e Wolfe (2014) analisaram o impacto das mudanças na contabilização de operações descontinuadas com foco nos componentes de renda desagregados, analisando as mudanças causadas na previsão de receitas contínuas futuras de uma entidade. Após analisar empresas industriais negociadas em bolsas, com registros padronizados e operações descontinuadas, no período de 1995 a 2007, Curtis, McVay e Wolfe (2014) não encontraram uma correlação entre as operações descontinuadas relatadas pelas empresas e o lucro operacional futuro. Foi sugerido, então, que, de acordo com os dados analisados, os gestores não estariam abusando, generalizadamente, das operações descontinuadas, o que contradiz os resultados anteriormente encontrados por Barua, Lin e Sbaraglia (2010).

Silva et al. (2018), por sua vez, focaram seus estudos em empresas brasileiras, analisando a frequência das operações descontinuadas e as justificativas dos administradores brasileiros para tal classificação nos relatórios anuais. Foram analisadas 16 empresas de setores

regulados, cujas ações eram negociadas na bolsa de valores (BMF&Bovespa), no período de 2010 a 2016. Apesar de partirem da literatura contábil sobre gerenciamento de resultados, que sugere o uso de operações descontinuadas pelas empresas com o intuito de aumentar os lucros e melhorar seu resultado com relação às previsões, os achados de Silva et al. (2018) não corroboram com o que foi sugerido anteriormente. No estudo foi demonstrado que não havia evidências do uso indiscriminado das operações descontinuadas para influenciar a análise dos investidores. Tal resultado pode ser justificado pelo fato de muitas empresas brasileiras possuírem a maioria das ações em poder de poucos acionistas. Silva et al. (2018) ressaltam, por fim, que as justificativas para a descontinuidade das operações trazidas pelas empresas em suas demonstrações, muitas vezes, não são relatadas, ou são duvidosas e genéricas.

Os estudos sobre operações descontinuadas revelam a importância do conhecimento do CPC 31, uma vez que mostram a possibilidade de distorção nos resultados, causada pela reclassificação de um ativo não circulante mantido para venda, oriundo ou não de operações descontinuadas. Essa reclassificação também pode afetar a análise econômico-financeira de uma empresa como um todo.

2.2 Implicações da adoção das IFRS na análise econômico-financeira das empresas

A partir do contexto da adoção de um novo padrão trazido pelas IFRS, notou-se a possibilidade de as alterações nas demonstrações contábeis impactarem de forma relevante nos índices econômico-financeiros das companhias. Tal preocupação se dá pelo fato de os indicadores proporcionarem a análise da “saúde” das empresas.

Os indicadores econômico-financeiros são cálculos matemáticos baseados nas demonstrações contábeis e retratam a situação de determinada entidade, nos aspectos patrimoniais, financeiros e de rentabilidade. Tomando como cenário principal os possíveis credores de uma determinada empresa, uma distorção nos índices de liquidez pode prejudicar o poder de negociação da mesma com tais agentes, pois “Os índices de liquidez visam fornecer um indicador da capacidade da empresa de pagar suas dívidas, a partir da comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades” (Silva, 2006, p. 283).

O índice de capital de giro de uma empresa expressa o montante disponível para a empresa suprir suas necessidades imediatas, assim como indica o valor disponível para financiar um possível crescimento da companhia. De acordo com Assaf Neto (2003, p. 450) “[...] o capital de giro representa o valor total dos recursos demandados pela empresa para financiar seu ciclo operacional”.

Os índices de endividamento são definidos por Martins e Santos (2017) como índices que trazem, além do grau de endividamento de determinada empresa, a especificação sobre a origem da estrutura de financiamento, podendo ser formada a partir de capital próprio ou capital de terceiros.

A fim de demonstrar se a adoção do padrão IFRS trouxe divergências significativas na análise dos índices econômico-financeiros das companhias, alguns estudos foram desenvolvidos, tais como os de Martins e Paulo (2010), Domenico et al. (2014), Martins e Santos (2017) e Barros et al. (2018), que utilizaram as demonstrações apresentadas por diversas companhias no período de transição do padrão contábil nacional (BR GAAP) para as IFRS.

Martins e Paulo (2010) tiveram como objeto de estudo companhias brasileiras que divulgaram suas demonstrações tanto no padrão IFRS quanto no BR GAAP, no período de 2007 a 2009. O objetivo do estudo foi analisar as diferenças entre os dois padrões de demonstrações publicados por tais empresas, se utilizando de cálculos de estatística descritiva a partir das variáveis contábeis deflacionadas pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM). Os autores concluíram que a adoção das IFRS no Brasil trouxe mudanças nos indicadores de desempenho

das companhias de capital aberto, assim como observado também em diversos países em pesquisas anteriores.

Nos testes realizados, Martins e Paulo (2010) constataram que os índices de endividamento, de liquidez geral e de liquidez corrente variaram positivamente após a adoção das IFRS nas empresas analisadas, ao passo que os indicadores de dependência financeira, de imobilização dos recursos permanentes, de retorno sobre o patrimônio líquido e de retorno sobre o ativo obtiveram uma variação negativa após a adoção das IFRS. Embora constatadas variações nos índices, os testes de significância feitos por Martins e Paulo (2010) não ratificaram mudanças significativas em níveis estatísticos nas divergências existentes entre os índices calculados a partir de demonstrações no padrão BR GAAP e no padrão IFRS.

Assim como Martins e Paulo (2010), Domenico et al. (2014) encontraram uma diminuição nas médias dos indicadores de imobilização do patrimônio líquido, justificando que o reconhecimento ou ajuste no valor de ativos não classificados no imobilizado elevaram o patrimônio líquido e, possivelmente, ocasionaram tal diminuição nos indicadores. Também foi observado o aumento nas médias dos indicadores de liquidez geral e de liquidez corrente, corroborando com o resultado encontrado por Martins e Paulo (2010). O aumento encontrado foi justificado como possivelmente proveniente do reconhecimento ou ajuste no valor de dívidas de longo prazo, para a liquidez geral, e, para a liquidez corrente, a possibilidade de transferência de ativos de longo prazo para curto prazo, ou transferência de passivo de curto prazo para longo prazo. No entanto, as diferenças nas médias também não trouxeram impacto estatisticamente significativo às análises.

Posteriormente, Martins e Santos (2017) chegaram a uma conclusão diferente. Aplicando o teste não-paramétrico de Mann-Whitney nas demonstrações de empresas do Estado da Bahia, nos períodos de 2003 a 2007, e de 2010 a 2014, os autores concluíram que os índices de liquidez corrente e de endividamento não apresentaram impactos estatisticamente significativos, o que vai ao encontro dos estudos citados anteriormente. No entanto, Martins e Santos (2017) demonstram que o índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido apresentou um impacto estatisticamente relevante, o que permite que inferir que a adoção das IFRS pode ter influenciado de forma relevante o Patrimônio Líquido das empresas.

Por sua vez, o estudo de Barros et al. (2018) se diferenciou dos citados anteriormente ao focar nas alterações que as IFRS trouxeram ao ativo não circulante disponível para venda das companhias, se limitando aos impactos no índice de liquidez corrente, que foi analisado a partir das demonstrações contábeis de companhias ativas com ações negociadas em bolsa na América Latina, com sede no Brasil. Barros et al. (2018) encontraram diferenças estatisticamente significativas nas análises do indicador de liquidez, concluindo que as alterações trazidas pela IFRS culminaram em um notável impacto no ativo não circulante disponível para venda e, conseqüentemente, no indicador de liquidez corrente. Tal resultado se diferencia dos estudos de Martins e Paulo (2010), Domenico et al. (2014) e Martins e Santos (2017).

O presente artigo busca ampliar os resultados de Barros et al. (2018) analisando, além do impacto do ativo não circulante mantido para venda no indicador de liquidez corrente, o impacto nos indicadores de liquidez corrente, a liquidez geral, o capital de giro e a estrutura de capital, a partir da adoção das IFRS. Desse modo, apresenta-se a seguinte hipótese de pesquisa: H1: Existe diferença estatisticamente significativa entre: (a) os componentes patrimoniais, (b) os indicadores de liquidez, (c) de capital de giro e (d) de estrutura de capital, calculados antes e após a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para a venda, decorrentes de operações descontinuadas ou não.

Na sequência são discriminados os procedimentos metodológicos necessários para alcançar o objetivo proposto, bem como para teste da hipótese de pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é caracterizada como documental e descritiva, com abordagem quantitativa, efetuada por meio das demonstrações contábeis consolidadas publicadas pelas companhias abertas.

Para compor a amostra desta pesquisa foram selecionadas todas as companhias listadas na B3 que possuíam ativo não circulante mantido para venda no período de 2010 a 2018. Tais empresas foram selecionadas por conveniência, devido ao fato dos demonstrativos estarem publicamente disponíveis. Os anos em foco abrangem o período de convergência completa ao IFRS no Brasil com demonstrações contábeis disponíveis na época de realização desta pesquisa (agosto/2019). A coleta dos dados foi feita na plataforma Economatica, resultando em 93 empresas ao longo dos 9 anos analisados, excluídas as empresas de intermediação financeira, de seguros e previdência e de outros serviços financeiros, pelas peculiaridades de suas atividades, o que poderia prejudicar a comparabilidade dos resultados.

Os indicadores analisados foram selecionados no sentido de possibilitar uma visualização da liquidez, do capital de giro e da estrutura de capital das empresas. Esses indicadores foram, portanto, calculados a partir dos valores reconhecidos nos demonstrativos contábeis, considerando a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda e sem a reclassificação. Nesse último caso, os ativos não circulantes mantidos para venda foram excluídos do grupo circulante e somados ao grupo não circulante. O mesmo vale para os passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda, sejam estes classificados no passivo circulante ou não circulante. Desse modo, na plataforma Economatica também foram coletados os valores das demonstrações contábeis ao final de cada exercício social do período estudado, referentes aos itens necessários para o cálculo dos indicadores financeiros constantes da Figura 1.

Tipo	Indicador	Construto	Interpretação
Liquidez	Liquidez Corrente (LC)	AC/PC	Capacidade de pagamento em relação aos compromissos de curto prazo
Capital de Giro	Capital Circulante Líquido (CCL)	$CCL = AC - PC$	Cobertura dos passivos circulantes pelos ativos circulantes, o que pode refletir na capacidade de pagamento
Estrutura de Capital	Endividamento de Curto Prazo (END)	PC/AC	Representatividade do capital de terceiros de curto prazo em relação às aplicações de curto prazo
	Imobilização dos Recursos Não Correntes (IMOB)	$ANC - RLP/PNC + PL$	Capitais de longo prazo aplicados nos itens permanentes

Figura 1 – Indicadores financeiros analisados no período

Fonte: elaborado com base nas conceituações dos indicadores financeiros constantes em Silva (2010).

Notas: AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo Não Circulante; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; PL = Patrimônio Líquido; Inv. = Investimentos; Imob. = Imobilizado; Int. = Intangível.

Na sequência, os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e quantitativa. Posteriormente, foram analisadas as variações médias dos componentes patrimoniais e dos indicadores por setor, no período de 2010 a 2018. Por fim, o teste de Wilcoxon foi utilizado devido à ausência de normalidade nos dados, conforme apontado pelo teste de Kolmogorov-Smirnov. O teste de Wilcoxon consiste em um processo de comparação do valor médio dos itens, identificando o desvio padrão de um item para outro da amostra e, com base na média que contém os valores mínimos e máximos, busca identificar aumentos ou diminuições em relação ao valor esperado de todo o conjunto (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). Foi adotado o nível de confiança de 95%.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização das empresas da amostra

Na Tabela 1 é apresentada a distribuição, por setor, das companhias que fazem parte da amostra.

Tabela 1
Setores presentes na amostra

Setor	Quantidade empresas setor	Frequência %
Consumo Cíclico	23	24,7
Bens Industriais	17	18,2
Utilidade Pública	15	16,0
Materiais Básicos	14	15,0
Consumo Não Cíclico	8	8,5
Financeiro e outros	5	5,3
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	5	5,3
Saúde	5	5,3
Tecnologia da Informação	1	1,7
Total	93	100

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa.

Conforme destacado na Tabela 1, a amostra é composta, em sua maior parte, por companhias do setor de consumo cíclico, que geralmente se referem a atividades de turismo, vestuário, calçados e imóveis. Também estão representadas nos dados, companhias de engenharia e construção, varejo e aluguel de veículos automotivos.

O segundo maior setor presente nos dados da pesquisa é o de bens industriais, representado por empresas que exercem atividades relacionadas aos insumos para construção civil, transporte e logística e demais atividades relacionadas ao setor. Os setores de utilidade pública e materiais básicos são representados na amostra com, respectivamente, quinze e quatorze companhias.

Dessa forma, os setores mencionados possuem maior representatividade de ativos não circulantes mantidos para venda no período de 2010 a 2018, em relação aos demais setores das companhias listadas na B3.

Na Tabela 2 podem-se observar as estatísticas descritivas dos componentes patrimoniais dos indicadores analisados neste estudo.

Tabela 2
Estatísticas descritivas dos componentes patrimoniais do período (em R\$ mil)

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
ATIVO	12.953	900.135.000	30.496.313	116.010.522
AC	1.069	169.581.000	7.110.328	21.271.472
ANC	0	730.554.000	23.385.984	95.190.240
ANC_RLP	0	655.675.000	19.667.122	85.085.835
ANCMV	0	27.994.061	934.270	3.532.066
PC	287	111.572.000	4.982.609	13.423.094
PNC	0	530.633.000	14.320.924	61.688.508
PC_ANCMV	0	19.412.000	391.437	2.057.863
PNC_ANCMV	0	408.712	3.343	30.785
PL	-4.014.370	349.333.684	11.192.779	43.214.162

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: AC = Ativo Circulante; ANC = Ativo Não Circulante; RLP = Realizável a Longo Prazo; ANCMV = Ativo Não Circulante Mantido para Venda; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; PC_ANCMV = Passivos relacionados a Ativo Não Circulante Mantido para Venda curto prazo; PNC_ANCMV = Passivos relacionados a Ativo Não Circulante Mantido para Venda longo prazo; PL = Patrimônio Líquido; N = 349 observações.

Grandes companhias listadas na B3 estão entre as empresas que compõem a amostra desta pesquisa, como pode ser observado pelo tamanho do Ativo apresentado na Tabela 2, que é, em média, de, aproximadamente, 30,5 bilhões de reais. Entre as empresas da amostra que possuem um alto valor de Ativo estão, por exemplo, a Petrobrás, a Vale e a Eletrobrás.

Ao analisar os ativos não circulantes mantidos para venda, de acordo com a Tabela 2, nota-se que o valor mínimo é 0, o que revela a inserção de companhias na amostra que registraram em suas demonstrações contábeis apenas os valores dos passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda. É o caso da Eletrobrás, Ideiasnet, Nutriplant e Neoenergia.

Nas demonstrações contábeis da Eletrobrás não há a subdivisão de ativos não circulantes mantidos para venda nos anos de 2010 e 2011, constando, apenas, a conta “Diversos”, dentro de outros ativos circulantes, ao passo que em ambos os anos há valores de passivos não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas. O mesmo ocorreu com as demonstrações contábeis da Nutriplant, nos anos de 2010 a 2014, incluindo passivos circulantes e não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda que não estão segregados de outras contas no Balanço Patrimonial.

O fato de não se encontrar ativo não circulante mantido para venda mas haver passivos circulantes e passivos não circulantes relacionados a esses ativos, em algumas demonstrações contábeis, gera como principais hipóteses o não reconhecimento dos ativos não circulantes mantidos para venda em conta segregada e a permanência de passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda alienados e baixados em exercícios anteriores. Em outras palavras, pode ser que os ativos não circulantes reclassificados já tenham sido alienados e ainda permaneçam passivos relacionados a serem liquidados. Há ainda alguns casos onde são encontrados valores apenas em passivos não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda, porém a expectativa seria reclassificar essa conta assim que o plano de alienação dos ativos não circulantes começasse.

Também foram encontradas companhias que apresentaram, apenas, ativos não circulantes mantidos para venda sem passivos relacionados, o que origina, na Tabela 2, 0 como o valor mínimo nos passivos circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda (PC_ANCMV) e nos passivos não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda (PNC_ANCMV). Essa circunstância pode ser considerada usual, tendo em vista que há a possibilidade de um ativo não circulante mantido para venda não gerar nenhum passivo relacionado no ato de sua reclassificação.

A média dos ativos não circulantes mantidos para venda e dos passivos circulantes relacionados podem impactar as médias do ativo circulante e do passivo circulante, respectivamente. Em se tratando dos ativos não circulantes mantidos para venda (ANCMV), é destacada a média das empresas da amostra que representa, aproximadamente, 3,1% da média do valor total do Ativo. No entanto, se analisada apenas a média do Ativo Circulante, nota-se que a representatividade da média dos ativos não circulantes mantidos para venda é de 13,14%. Analisando os passivos circulantes relacionados a esses ativos não circulantes mantidos para venda (PC_ANCMV), percebe-se uma representatividade de, aproximadamente, 7,86% da média do passivo circulante.

Como um exemplo da influência dos ativos não circulantes mantidos para venda no valor total do ativo circulante, há na amostra a companhia CCX Carvão, que tinha na conta de ativo não circulante mantido para venda, nos anos de 2013, 2014 e 2015, respectivamente, 98,93%, 98,77% e 99,58% do valor total do ativo circulante representado por ativos não circulantes reclassificados como mantidos para venda. Ao analisar as notas explicativas, constatou-se que os valores das contas de ativo não circulante mantido para venda nos períodos

de 2013, 2014 e 2015 se tratavam de uma mesma alienação de projetos de mineração localizados na Colômbia.

De maneira similar, os passivos circulantes relacionados aos ativos não circulantes mantidos para venda também podem influenciar o valor total do passivo circulante, apesar de uma representatividade menor. Observou-se que, na amostra analisada, a empresa com maior representatividade do passivo circulante relacionado a ativo não circulante mantido para venda é a MMX Miner, que nos anos de 2013, 2014 e 2015 chegou a representar 98,85%, 97,46% e 92,15% do passivo circulante total, respectivamente.

4.2 Análise do efeito do ativo não circulante mantido para venda nos indicadores econômico financeiros

Na Tabela 3 observa-se as estatísticas descritivas dos indicadores econômico-financeiros analisados nas empresas da amostra no período selecionado.

Tabela 3
Estatísticas descritivas dos indicadores no período

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
LC	0,01	32,41	1,63	2,32
LC_A	0,01	30,95	1,47	2,24
CCL	-6.782.055,00	73.374.000	2.127.719,03	8.489.824,28
CCL_A	-20.924.000,00	57.414.000	1.193.448,45	7.296.555,48
END	0,03	72,43	1,72	5,46
END_A	0,03	99,73	3,13	10,40
IMOB	-14,19	478,62	2,44	26,75
IMOB_A	-45,45	513,17	2,47	28,98

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: LC = Liquidez Corrente; LC_A = Liquidez Corrente Ajustada; CCL = Capital Circulante Líquido (em R\$ mil); CCL_A = Capital Circulante Líquido Ajustado (em R\$ mil); END = Endividamento de Curto Prazo; END_A = Endividamento de Curto Prazo Ajustado; IMOB = Imobilização dos Recursos Não Correntes; IMOB_A = Imobilização dos Recursos Não Correntes Ajustada; N = 349 observações.

Conforme a Tabela 3, o índice de liquidez corrente sofreu um decréscimo de, aproximadamente, 10% em sua média quando não considerados os ativos não circulantes mantidos para venda como pertencentes ao ativo circulante, resultado que corrobora com os anteriormente encontrados por Barros et al. (2018). O capital circulante líquido, por sua vez, obtém uma maior diferença, apresentando, apenas, a metade do valor com ativos não circulantes reclassificados.

O índice de endividamento de curto prazo se torna maior quando ajustado, demonstrando um endividamento de, aproximadamente, 82% maior quando considerada a média das amostras após a reclassificação dos ativos não circulantes mantidos para venda como ativos não circulantes. Por outro lado, a alteração na imobilização dos recursos não correntes é ínfima.

Nesse sentido, observa-se que as variações encontradas refletem que a reclassificação dos ativos não circulantes mantidos para venda resulta em impactos nos índices de liquidez e estrutura de capital que podem mudar a percepção dos usuários da informação contábil com relação à situação econômico-financeira das entidades.

A variação média nos componentes patrimoniais, por setor, ocasionada pelo ajuste de reclassificação do ativo não circulante mantido para venda como pertencente ao ativo não circulante, pode ser observada na Tabela 4.

Tabela 4

Variações médias nos componentes patrimoniais no período

Setor	AC	AC_A	Var	PC	PC_A	Var
Bens industriais	959.975	859.225	-10,50	1.113.586	1.104.174	- 0,85
Consumo cíclico	1.841.672	1.734.960	-5,79	1.283.248	1.241.602	- 3,25
Consumo não cíclico	11.496.806	9.336.608	-18,79	9.413.769	7.855.430	- 16,55
Financeiro e outros	749.973	738.440	-1,54	532.159	528.291	- 0,73
Materiais básicos	9.150.330	7.618.362	-16,74	5.545.581	5.279.401	- 4,80
Petróleo, gás e biocombustíveis	28.194.428	26.210.167	-7,04	17.820.609	17.516.600	- 1,71
Saúde	2.743.553	2.106.246	-23,23	1.101.316	949.932	- 13,75
Tecnologia da informação	293.400	292.862	-0,18	322.495	322.495	-
Utilidade pública	7.532.147	6.025.242	-20,01	6.540.259	5.375.184	- 17,81

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: AC = Ativo Circulante; AC_A = Ativo Circulante Ajustado; PC = Passivo Circulante; PC_A = Passivo Circulante Ajustado; Var = Variação.

Como pode ser observado na Tabela 4, a suposição da classificação de um ativo não circulante mantido para venda como pertencente ao ativo não circulante provocou uma maior variação negativa no ativo circulante nos setores de saúde e utilidade pública, que apresentaram, respectivamente, 23,23% e 20,01%. É possível notar que os setores que tiveram menor variação foram os de tecnologia da informação e financeiro e outros, com uma variação negativa de 0,18% e 1,54%, respectivamente. Isso implica que alguns setores tiveram maior movimentação relativa a venda de ativos não circulantes.

Em se tratando da variação nas médias do passivo circulante, destacam-se como setores com maior variação ao se retirar os passivos circulantes relacionados aos ativos não circulantes mantidos para venda, o setor de utilidade pública, com variação negativa de 17,81% no passivo circulante ajustado, e o setor de saúde, que apresentou uma variação negativa de 13,75% no passivo circulante ajustado.

A fim de avaliar a significância estatística dessas variações, apresenta-se a Tabela 5, com o resultado do teste de Wilcoxon.

Tabela 5

Teste de Wilcoxon para os componentes patrimoniais

	AC_A - AC	PC_A - PC
Z	-15,933	-7,961
Sig. Assint. (2 caudas)	,000	,000

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: AC_A = Ativo Circulante Ajustado; AC = Ativo Circulante; PC_A = Passivo Circulante Ajustado; PC = Passivo Circulante.

Conforme demonstrado na Tabela 5, a variação entre o Ativo Circulante, considerando a reclassificação de Ativos Não Circulantes como mantidos para Venda e sem essa reclassificação, é estatisticamente significativa ao nível de 5%, para as empresas analisadas no período em foco. O resultado se repete para a variação referente ao Passivo Circulante, com e sem a reclassificação de itens relacionados a Ativo Não Circulantes mantidos para Venda. Consequentemente, a hipótese H1 (a) deixa de ser rejeitada, ou seja, existe diferença estatisticamente significativa entre os componentes patrimoniais calculados antes e após a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para a venda, decorrentes de operações descontinuadas ou não.

Na Tabela 6 são demonstradas as variações médias dos índices de liquidez corrente e capital circulante líquido em cada setor, no período analisado.

Tabela 6

Variações médias nos indicadores de liquidez e giro

Setor Econômico	LC	LC_A	Var	CCL	CCL_A	Var
Bovespa						
Bens industriais	1,06	0,99	- 7,38	153.612	254.362	65,59
Consumo cíclico	1,79	1,67	- 6,68	558.425	451.712	19,11
Consumo não cíclico	1,20	1,11	- 7,78	2.083.036	77.161	103,70
Financeiro e outros	4,33	4,16	- 3,98	217.814	206.281	5,29
Materiais básicos	1,49	1,24	- 16,76	3.604.749	2.072.781	42,50
Petróleo, gás e biocombustíveis	2,16	1,80	- 16,57	10.373.819	8.389.558	19,13
Saúde	2,14	1,90	- 11,61	1.642.237	1.004.930	38,81
Tecnologia da informação	6,27	6,27	- 0,03	29.095	29.633	1,85
Utilidade pública	1,11	0,95	- 14,58	991.887	515.018	151,92

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: LC = Liquidez Corrente; LC_A = Liquidez Corrente Ajustada; CCL = Capital Circulante Líquido; CCL = Capital Circulante Ajustado; Var = Variação.

De acordo com a Tabela 6, o setor de materiais básicos, que possui 14 empresas na amostra, apresenta a maior variação negativa no indicador de liquidez corrente, chegando à variação média negativa de 16,76%. O setor de petróleo, gás e biocombustíveis possui a segunda maior variação negativa na média da amostra, formado por 5 empresas, com 16,57% de variação negativa na média do indicador de liquidez corrente.

Os resultados encontrados na análise do indicador de liquidez corrente dos setores demonstram, em alguns casos, que a não reclassificação dos ativos não circulantes como mantidos para venda implicaria na capacidade de pagamento dos passivos a curto prazo e, em outros casos, não. Os setores de bens industriais e de utilidade pública, que antes do ajuste possuíam um índice de liquidez corrente superior a 1, passaram a ter, respectivamente, 0,99 e 0,95 como indicadores, denotando baixa implicação da reclassificação dos ativos não circulantes como mantidos para venda e a existência de passivos relacionados.

No que se refere ao capital circulante líquido, pode-se observar que tal ajuste nos ativos não circulantes mantidos para venda faz com que os setores com maior variação negativa nas médias do indicador saiam de um resultado positivo para um negativo, o que indica que os ativos circulantes não cobrem os passivos circulantes e, conseqüentemente, uma possível dificuldade na capacidade de pagamento da companhia. O setor de consumo não cíclico apresenta uma queda de, aproximadamente, 104% no CCL, enquanto o setor de utilidade pública demonstra queda de aproximadamente 152%.

Portanto, esses setores são os que mais reclassificaram ativos não circulantes como mantidos para venda no período analisado e seriam os mais impactados caso não houvesse essa possibilidade de reclassificação conforme o CPC 31 quanto aos indicadores mencionados.

Na Tabela 7 se encontram as variações médias nos indicadores de endividamento de curto prazo e imobilização dos recursos não correntes.

Tabela 7

Variações médias nos indicadores de endividamento e imobilização

Setor Econômico	END	END_A	Var	IMOB	IMOB_A	Var
Bovespa						
Bens industriais	3,10	3,79	22,02	8,16	8,76	7,43
Consumo cíclico	0,75	0,84	12,02	0,80	- 0,04	- 105,64
Consumo não cíclico	0,90	0,93	3,69	0,74	0,85	15,51
Financeiro e outros	1,02	1,05	2,71	- 0,25	- 0,23	9,39
Materiais básicos	1,52	6,11	302,36	0,53	0,69	31,22

Petróleo, gás e biocombustíveis	4,21	7,71	82,92	5,29	6,36	20,31
Saúde	0,51	0,53	4,30	0,56	0,62	11,10
Tecnologia da informação	1,03	1,04	0,81	0,80	- 1,92	- 341,22
Utilidade pública	1,36	1,89	39,56	0,81	0,95	17,89

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: END = Endividamento de Curto Prazo; END_A = Endividamento de Curto Prazo Ajustado; IMOB = Imobilização dos Recursos Não Correntes; IMOB_A = Imobilização dos Recursos Não Correntes Ajustada; Var = Variação.

Conforme demonstrado na Tabela 7, os indicadores de endividamento de curto prazo sofrem um aumento em todos os setores analisados na amostra, corroborando com Martins e Santos (2017), que abordaram os impactos da convergência contábil nos indicadores econômico-financeiros em empresas baianas e observaram variação positiva nas médias dos indicadores de endividamento. Os setores com maior aumento nas variações médias no indicador de endividamento foram o de materiais básicos, com variação positiva de 302,36%, seguido do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, que sofreu aumento de 82,92%.

O indicador de imobilização apresenta, na amostra analisada, uma queda em dois dos setores, trazendo uma variação negativa de 341,22% no setor de tecnologia da informação e 105,64% no setor de consumo cíclico, por exemplo. Esses resultados, especificamente, corroboram os achados de Domenico et al. (2014), que encontraram uma diminuição nas médias dos indicadores de imobilização do patrimônio líquido, justificando que o reconhecimento ou ajuste no valor de ativos não classificados no imobilizado possivelmente ocasionaram tal diminuição nos indicadores.

Dessa forma, depreende-se que a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda e a segregação de passivos relacionados pode implicar na estrutura de capital das empresas, notadamente nos setores mencionados, alterando a percepção de analis, investidores, credores e demais usuários das informações contábeis sobre o endividamento de curto prazo e a imobilização de recursos.

Na Tabela 8 encontram-se os resultados do teste de Wilcoxon para os indicadores econômico-financeiros analisados.

Tabela 8
Teste de Wilcoxon para os indicadores econômico-financeiros

	LC_A - LC	CCL_A - CCL	END_A - END	IMOB_A - IMOB
Z	-14,283	-15,933	-12,329	-10,843
Sig. Assint. (2 caudas)	,000	,000	,000	,000

Fonte: elaborada com base nos dados da pesquisa. Notas: LC_A = Liquidez Corrente Ajustada; LC = Liquidez Corrente; END_A = Endividamento de Curto Prazo Ajustado; END = Endividamento de Curto Prazo.

Conforme demonstrado na Tabela 8, a variação entre o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez corrente ajustado, que simula uma não reclassificação dos ativos não circulantes como mantidos para venda, é estatisticamente significativa ao nível de 5%, para as empresas analisadas no período em foco. A mesma significância estatística ao nível de 5% foi demonstrada para os índices de capital circulante líquido, endividamento de curto prazo e imobilização dos recursos não correntes, comparando-se os indicadores ajustados e não ajustados, nas empresas analisadas no período de 2010 a 2018. Consequentemente, as hipóteses H1 (b), H1 (c) e H1 (d) deixam de ser rejeitadas, isto é, existe diferença estatisticamente significativa entre os indicadores de liquidez, de capital de giro e de estrutura de capital, calculados antes e após a reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para a venda, decorrentes de operações descontinuadas ou não. Esses resultados, contrariam os achados de Martins e Paulo (2017) no que se refere à análise de indicadores semelhantes, porém, há que se considerar que são contextos e amostras diferentes.

Em outras palavras, a possibilidade de reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda, bem como a segregação de passivos relacionados, traz implicações para a análise econômico-financeira das companhias listadas na B3 no período de 2010 a 2018, no que diz respeito a indicadores de liquidez, corroborando assim os resultados anteriormente encontrados por Barros et al. (2018). O resultado encontrado no presente estudo estende as implicações também para análise econômico-financeira no que diz respeito aos indicadores de estrutura de capital, que não foram analisados no estudo de Barros et al. (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção das IFRS trouxe para as demonstrações contábeis das empresas brasileiras maior flexibilidade na aplicação de critérios de mensuração, reconhecimento, classificação e apresentação de elementos patrimoniais, por meio das escolhas contábeis. Dentre elas, se destaca, no presente artigo, a reclassificação dos ativos não circulantes quando mantidos para venda, que permite que empresas classifiquem tais bens juntamente aos ativos circulantes. Essa forma de reclassificação se tornou uma nova escolha contábil, uma vez que não existia anteriormente nos padrões contábeis brasileiros (BR GAAP).

A mensuração de um ativo não circulante como mantido para venda, reclassificando-o junto aos demais itens do ativo circulante, deve se utilizar de critérios estabelecidos pelo CPC 31, como um plano de alienação dos bens que a entidade tenha pretensão de se desfazer, e o compromisso de venda desse bem no prazo máximo de um ano. Caso a venda não se concretize no prazo de um ano, o ativo deve voltar ao grupo não circulante, atentando-se para a existência de passivos relacionados e possível necessidade de reclassificá-los também.

O objetivo do estudo foi avaliar as implicações da classificação de ativos não circulantes como mantidos para venda na análise econômico-financeira das empresas, adicionando indicadores ainda pouco explorados na literatura correlata, como o capital circulante líquido, o endividamento de curto prazo e a imobilização dos recursos não correntes. Com isso, a contribuição do estudo atrelou-se a evidenciar as possíveis variações em tais indicadores, o que pode alterar as percepções dos usuários das informações contábeis e, conseqüentemente, suas decisões.

Como resultado principal, foram encontradas variações estatisticamente significativas nas contas de Ativo Circulante, Passivo Circulante e, conseqüentemente, nos indicadores de liquidez corrente, capital circulante líquido, endividamento de curto prazo e imobilização dos recursos não correntes. Tais variações decorrem da reclassificação de ativos não circulantes como mantidos para venda e podem exigir dos usuários das informações contábeis uma análise mais criteriosa dos indicadores econômico-financeiros, devido aos possíveis impactos das escolhas contábeis advindas da flexibilidade normativa.

O presente artigo se utilizou da reclassificação de ativos não circulantes mantidos para venda de modo geral, utilizando dados secundários e os resultados limitam-se à essa análise. Como sugestão para pesquisas futuras, podem ser tratadas situações específicas de descontinuidade de operações, aliadas à análise dos indicadores de rentabilidade, de modo a oferecer resultados passíveis de comparação com a literatura correlata em outros mercados, na busca de evidências sobre a utilização de escolhas contábeis de forma oportunista.

REFERÊNCIAS

Assaf Neto, A. (2003). *Finanças Corporativas e Valor*. São Paulo: Atlas.

Barros, M. G., Santos, M, S. F., Oliveira, L. S. S., & Brito, G. K. M. C. (2018). Escolhas contábeis: O impacto do ativo não-circulante disponível para venda sobre o indicador de liquidez corrente. *Anais do Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15.

Barua, A., Lin, S., & Sbaraglia, A. M. (2010). Earnings Management using Discontinued Operations. *The Accounting Review*, 85(5), pp. 1485-1509.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (2009). CPC 31: Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Brasília, DF. Recuperado em 20 abril, 2019, de: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=62>.

Curtis, A., Mcvay, S., & Wolfe, M. (2014). An analysis of the implications of discontinued operations for continuing income. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(2), pp. 190-201.

Domenico, D., Magro, C. B. D., & Klann, R. C. (2014). Impactos da adoção das normas contábeis internacionais completas (*full IFRS*) nos indicadores econômico-financeiros de empresas listadas na bovespa. *Revista da Informação Contábil*, 8(1), pp. 52-70.

Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Lourenço, I. M. E. C., & Castelo Branco, M. E. M. A. D. (2015). Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), pp. 126-139.

Martins, L. O. S., & Santos, P. H. O. (2017). Impactos da convergência contábil em índices econômicos e financeiros nas empresas baianas nos períodos de 2003 a 2007 e 2010 a 2014. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, 8(1), pp. 69-79.

Martins, O. S., & Paulo, E. (2010). Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(9), pp. 30-54.

Santos, E. S., Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P. V. R. (2014). Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), pp. 161-176.

Silva, A. H. C., Silva, C. E. V., Sancovschi, M., & Borba, J. A. (2018). Analysis of discontinued operations in Brazil after IFRS 5 adoption. *Contextus Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 16(3), pp. 8-39.

Silva, D. M., Martins, V. A., & Lemes, S. (2016). Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(29), pp. 129-156.

Silva, E. C. (2006). Como administrar o fluxo de caixa das empresas: guia prático e objetivo de apoio aos executivos. (2. ed.) São Paulo: Atlas.

Silva, J. P. (2010). Análise financeira das empresas. (10. ed.) São Paulo: Atlas.